



Revista

# COISAS DA POLÍTICA

TODA NOTÍCIA É SELETIVA; AQUI NÃO É DIFERENTE!

ANO II - VOLUME 13 - RIO DE JANEIRO - AGOSTO DE 2025



## O FIM DAS BLITZES 'CAÇA-NÍQUEL'

Governador sanciona lei que cria Estatuto das Blitzes no estado do Rio. Conheça o texto na íntegra!



ECONOMIA

# MAIS PRAZO E ALÍVIO PARA OS MOTORISTAS.

**A ALERJ criou o programa que permitiu  
o parcelamento das dívidas com o IPVA.**

Com o IPVA em Dia, foi possível parcelar a dívida  
em até 12 vezes.

Leis **10.433/24** e **10.579/24**.



CONFIRA ESTE E  
OUTROS TEMAS



ALERJ

## EDITORIAL

### Caros leitores,

Padronizar e regulamentar as operações de fiscalização de trânsito. Este foi o objetivo dos deputados Alan Lopes e Filipe Poubel, ambos do PL, e do deputado Rodrigo Amorim, do União Brasil, ao apresentarem, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Alerj, um projeto de lei para a criação do Estatuto das Blitzes. Sancionada em julho pelo governador Cláudio Castro (PL), a Lei 10.900/2025 estabelece regras claras para garantir maior transparência, segurança jurídica e reduzir abusos em operações de fiscalização. Uma grande conquista para a população fluminense!

Ainda na Alerj, o presidente da Casa apresentou o Pacote de Enfrentamento ao Crime (PEC-RJ), um conjunto de medidas que visa reforçar a segurança

pública, reduzir a reincidência criminal e fortalecer o controle do Estado sobre delitos violentos. Outra grande conquista para o estado do Rio.

E para aumentar o debate sobre a impunidade e a necessidade de um novo Código Penal, o deputado Alexandre Knoploch (PL) apresenta, em artigo exclusivo para a nossa revista, uma análise minuciosa sobre o tema que vale super a pena conferir.

Detalhes também sobre os projetos do deputado Carlinhos BNH, que propõe isenção de taxa em concursos públicos para mulheres vítimas de violência doméstica, e da deputada Célia Jordão (PL), que cria o programa de incentivo às cidades litorâneas.

Tudo isso e muito mais você encontra nas próximas páginas. Boa leitura!

Carlos Cruz - Editor



WWW.COISASDAPOLITICA.COM

contato@coisasdapolitica.com

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA LTDA

CNPJ: 53.311.915/0001-84

Representante Comercial

Carlos Cruz

(21) 97218-9986

contato@coisasdapolitica.com

Tiragem: 10.000

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Jefferson Lemos | 18963RJ

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

M. Macedo



## ANUNCIE CONOSCO

Faça parte do dia a dia dos nossos leitores e conquiste mais clientes para a sua empresa. Quer divulgar seus produtos e serviços? Entre em contato com nosso representante comercial pelo email [contato@coisasdapolitica.com](mailto:contato@coisasdapolitica.com)

**CIDADES****INSTITUTO AEGEA LANÇA PLATAFORMA QUE EXPÕE IMPACTOS DA FALTA DE SANEAMENTO NO BRASIL**

O presidente do Instituto Aegea, Édison Carlos, com os palestrantes, durante o lançamento da plataforma Saneamento Salva. Crédito: divulgação/AEGEA

Em um país onde milhões ainda vivem sem acesso à água tratada e esgotamento sanitário, o Instituto Aegea lançou, no dia 14 de agosto, no Museu de Arte Moderna do Rio, a plataforma Saneamento Salva, uma iniciativa ousada que pretende transformar o debate sobre saneamento básico em uma causa nacional.

Mais que um site, a nova plataforma é um chamado à ação. Com conteúdo técnico, histórias reais e dados alarmantes, o projeto busca conscientizar a sociedade sobre os efeitos devastadores da ausência de saneamento na saúde pública, na dignidade humana e no desenvolvimento social.

“A falta de saneamento básico compromete a saúde e a educação, nos tira a dignidade e nos prende num passado sem desenvolvimento”, afirmou o presidente do Instituto Aegea, Édison Carlos, durante o lançamento da plataforma.

O evento reuniu nomes de peso da Saúde e da Educação no país, como o médico Dráuzio Varella, a pneumologista Margareth Dalcolmo, a professora Laura Muller e a advogada Sílvia Souza. O grupo debateu como o saneamento básico pode ser um divisor de águas na qualidade de vida da população.

“Ninguém pode falar em saúde sem água tratada. Ela reduz doenças transmitidas pela água e por mosquitos, com impactos claros na vida das famílias e no aprendizado das crianças. Nós, profissionais de saúde, lidamos diariamente com as consequências da falta de saneamento e sabemos o peso desse problema. É inadmissível que, no século XXI, um país como o Brasil ainda enfrente essa realidade. Quero envelhecer em um país onde abrir a torneira e beber água seja algo tão simples quanto em qualquer nação desenvolvida”, declarou Margareth Dalcolmo.

Dráuzio Varella chamou a atenção para o fato de que, sendo a 10ª economia do mundo, o Brasil não pode se conformar com o fato de que grande parte da população – 90 milhões de pessoas – ainda vive sem esgotamento sanitário, e cerca de 30 milhões não têm acesso à água potável.

“A falta de saneamento impacta diretamente a saúde, inclusive afetando o funcionamento cerebral, principalmente no desenvolvimento intelectual. A mensagem dessa iniciativa tem que ser muito clara: saneamento é um direito. É saúde, desenvolvimento e a possibilidade de uma comunidade evoluir, andar para frente”, disse o especialista.

**GOVERNADOR CLÁUDIO CASTRO REALIZA ENTREGAS E ANÚNCIOS DE IMPACTO EM CABO FRIO**

O governador Cláudio Castro desembarcou na Região dos Lagos, no dia 21 de julho, com uma mensagem clara: transformar Cabo Frio em um polo de segurança, de sustentabilidade e de progresso. Em solenidade realizada na Praça Porto Rocha, ao lado do prefeito Dr. Serginho, Castro entregou um arsenal moderno para reforçar a segurança pública.

Força reforçada nas ruas:

- **20 viaturas destinadas** ao 25º Batalhão da Polícia Militar;
- **7 viaturas** para o Batalhão de Polícia Rodoviária;
- **2 motos aquáticas** para o Comando de Polícia Ambiental; e
- **1 carro-comando** com tecnologia de ponta, capaz de transmitir imagens em tempo real por drones e câmeras.

“Esses investimentos representam mais do que segurança: são ações estruturantes que impulsionam o desenvolvimento regional, atendendo às demandas dos municípios com seriedade e planejamento”, afirmou o governador.



O governador Cláudio Castro com Dr. Serginho, prefeito de Cabo Frio. Crédito: Marcelo Regua

**Obra histórica: dragagem da Lagoa de Araruama**

Durante o evento, Castro assinou o convênio para a dragagem da Lagoa de Araruama, na altura da Praia do Siqueira. Considerada uma obra aguardada há décadas, a iniciativa promete, entre outras coisas, melhorar a qualidade da água e a balneabilidade, fomentar o turismo ecológico, fortalecer a pesca e o comércio local e recuperar um dos maiores patrimônios naturais da região.

O prefeito de Cabo Frio, Dr. Serginho, celebrou a conquista: “A dragagem da lagoa é um marco. Vai beneficiar o meio ambiente, os trabalhadores da pesca, o comércio local e impulsionar o turismo. É uma conquista coletiva”, destacou.

**Mais presença nas áreas turísticas**

O bairro Però receberá uma nova base do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur), reforçando a proteção dos visitantes e moradores. Além disso, o Programa RAS (Regime Adicional de Serviço), que amplia o policiamento ostensivo, será expandido.

## RIO GANHA PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS CIDADES LITORÂNEAS



Deputada Célia Jordão é presidente da Comissão de Indústria Naval da Alerj. Crédito: Thiago Lontra/Alerj

Foi sancionada pelo governador Cláudio Castro a Lei Nº 10.838/2025, que cria o Programa de Desenvolvimento e Incentivo às Cidades Litorâneas. De autoria da deputada estadual Célia Jordão, a proposta visa integrar novas tecnologias ao crescimento das cidades litorâneas e costeiras do estado. A parlamentar defende que essa iniciativa é uma forma de estimular a competitividade do Rio de Janeiro no cenário global.

Segundo a Lei, o programa irá promover o monitoramento ambiental e gestão sustentável das cidades costeiras e litorâneas, o que inclui a oferta de políticas de incentivos à implementação de tecnologias de dessalinização da água e a preservação do modo de vida tradicional de pescadores artesanais, caiçaras, comunidades quilombolas, povos indígenas e marisqueiros.

Além disso, no âmbito do programa serão realizados estudos para a criação de Zonas de Desenvolvimento Econômico (ZDEs) ou Distritos de Desenvolvimento Econômico (DDEs) em áreas costeiras estratégicas, destinadas à instalação de

empresas e startups que atuem nos setores de tecnologia e inovação ligados à Economia do Mar.

A autora da proposta, que é presidente da Comissão de Indústria Naval da Alerj e a principal entusiasta da pauta de Economia do Mar no Estado do Rio, considerou que a iniciativa é um importante passo para o desenvolvimento do setor e dos territórios litorâneos fluminenses, que, de acordo com a deputada, têm um enorme potencial no segmento e que muitas vezes não é bem explorado.

“O estado do Rio é muito grande. Por isso, cada cidade deve ser analisada e compreendida dentro da sua própria realidade, com suas particularidades. No caso das cidades litorâneas, é a mesma coisa. Esses municípios têm demandas e desafios específicos e devem ser tratados de forma adequada para que tenhamos uma melhora efetiva na qualidade de vida da população local e o fortalecimento da Economia do Mar”, considerou a deputada.

A nova Lei também estabelece que deverá ser implantada nessas cidades a infraestrutura necessária para atrair investimentos e fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para a exploração sustentável dos recursos marinhos, além de plataformas digitais de governança que permitam a gestão colaborativa dos serviços públicos, facilitando a comunicação entre o governo, empresas e cidadãos.

“Com esse programa, conseguiremos promover a adoção de novas tecnologias, o que é, sem dúvida, uma solução eficaz para monitorar e gerir os impactos ambientais, otimizar a eficiência energética e garantir uma gestão mais participativa e transparente”, afirmou a parlamentar.

“Agradeço ao governador Cláudio Castro pela aprovação da Lei e, agora, chegou a hora de colocarmos isso em prática e investirmos no crescimento econômico e sustentável das nossas cidades costeiras”, concluiu a deputada Célia Jordão.

## PARQUE MUNICIPAL NATURAL DO GERICINÓ GANHA TÍTULO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO

Agora é Lei: o Parque Natural Municipal do Gericinó Prefeito Farid Abrão, em Nilópolis, é patrimônio cultural e paisagístico de natureza imaterial do estado do Rio. A Lei Nº 10.894/25, que concede o título ao espaço, é de autoria do deputado Rafael Nobre (União) e foi sancionada pelo governador Cláudio Castro (PL) no dia 22 de julho.

Uma das principais áreas verdes e de lazer da Baixada Fluminense, o Parque fica localizado dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó-Mendanha e do Campo de Instrução do Gericinó (GIG). O autor da iniciativa comemorou e agradeceu ao governador pela aprovação. Segundo Nobre, a nova Lei será essencial para fortalecer a imagem do município e de toda a região.

“O Parque do Gericinó é um espaço muito relevante para os moradores da nossa região da Baixada. É um espaço em que a população pode praticar esportes ao ar livre, como o ciclismo, ter momentos de lazer com a família, fazendo trilhas e realizando piqueniques, além de outras práticas comuns no Parque, como a realização de ensaios fotográficos”, declarou o autor.

Rafael Nobre lembrou ainda que o parque já sediou importantes eventos. “Agora, as riquezas do nosso município serão ainda mais observadas e valorizadas. Será um passo importante para fortalecer a identidade da cidade e atrair a atenção de todos para o que temos de melhor”, concluiu.



Vista aérea do Parque Natural do Gericinó, em Nilópolis. Crédito: Wesley Andrade

## DEPUTADO DESTACA COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DE SÃO JOÃO DE MERITI



Deputado Marcos Muller segue firme na luta contra o crime organizado. Crédito: Julia Passos/ Alerj

O deputado estadual Marcos Muller (União) tem acompanhado de perto o trabalho do 21º Batalhão de Polícia Militar, em São João de Meriti. No final de junho, o parlamentar esteve no Parque Alian após uma operação da PM que resultou na prisão de três bandidos e na apreensão de armamentos, munições e entorpecentes.

Muller, que é Policial Militar, parabenizou o Batalhão e reiterou seu compromisso de não permitir que o crime domine, definitivamente, o Morro Bela Vista e as regiões próximas. O deputado destacou ainda a importância da união de forças dos moradores da cidade e das autoridades.

“Estou aqui para parabenizar o comandante e cada integrante do 21º Batalhão. São guerreiros e guerreiras que estão fazendo um trabalho de excelência. E aos bandidos do Comando Vermelho e do Terceiro Comando Puro, já avisamos: essa luta vai continuar, vocês não vão ficar aqui”, bradou em vídeo gravado na Rua Baiana, ao lado dos policiais que participaram da operação.

Essa não foi a primeira vez que o parlamentar destacou a atuação do Batalhão. No início de junho, Muller publicou em suas redes sociais um vídeo arrancando barricadas no Morro Bela Vista. O conteúdo foi feito um dia após um confronto entre a PM e bandidos. Na ocasião, o deputado pediu aos moradores que denunciassem ao Batalhão qualquer informação que pudesse ajudar com as investigações sobre a criminalidade na região.

“Moradores, denunciem! Você, que sabe onde eles se escondem, onde escondem armamentos e quem é que está envolvido, ligue para o Batalhão, dê crédito à unidade da Polícia Militar, ligue para a delegacia, denunciem”, pediu.

Muller é também o autor do Projeto de Lei nº 1289/2025, que concede a mais alta honraria da Casa, a Medalha Tiradentes, ao tenente-coronel Luiz Carlos Alves, comandante do 21º BPM. Segundo o parlamentar, a condecoração é um reconhecimento à dedicação e à eficiência do oficial.

## PREFEITO QUAQUÁ LANÇA DECRETO RIGOROSO PARA PROTEGER POPULAÇÃO E ANIMAIS EM MARICÁ

Em mais uma ação firme voltada à segurança pública e ao bem-estar animal, o prefeito de Maricá, Washington Quaqué, sancionou um decreto que estabelece regras rígidas para o controle de animais de médio e grande porte soltos em vias públicas. A nova norma, publicada em 23 de julho, marca um avanço na política de proteção urbana e reforça o compromisso da gestão com a ordem e a responsabilidade coletiva.

O Decreto nº 152/2025 proíbe a permanência de bovinos, equinos, suínos, caprinos e outros animais de médio ou grande porte em ruas, praças e demais espaços públicos. A medida visa evitar acidentes graves, como colisões envolvendo animais soltos, além de preservar o patrimônio público e privado.

“Um cavalo solto na rua pode provocar uma tragédia. O recolhimento não é punição, é cuidado e responsabilidade”, afirmou o secretário municipal de Proteção e Defesa Civil, Danilo dos Santos.

### Multas e penalidades para tutores negligentes

Animais encontrados soltos serão recolhidos pela prefeitura e seus tutores terão até 15 dias úteis para retirá-los dos abrigos. Após esse prazo, serão aplicadas multas diárias – 50 Ufir para animais de médio porte e 70 Ufir para animais de grande porte.



Agentes da prefeitura recolhem animais de grande porte abandonados nas ruas de Maricá. Crédito: Secom/ Prefeitura de Maricá



Prefeito Quaqué quer regras rígidas para o controle de animais soltos em vias públicas. Crédito: Clarildo Menezes

Em casos de reincidência ou abandono, o tutor poderá perder a guarda do animal, que deverá ser encaminhado para adoção, leilão ou doação a instituições.

### Requisitos para liberação

Para reaver o animal, o responsável deverá apresentar:

- Documento de identidade;
- Comprovante de residência;
- Dois sacos de ração; e
- Assinatura de termo de restituição e guarda.

A prefeitura também esclarece que não se responsabiliza por danos ou perdas decorrentes da apreensão e anuncia campanhas educativas sobre posse responsável.

### Gestão responsável e comprometida

Com essa iniciativa, o prefeito Washington Quaqué reafirma seu papel como líder visionário, que alia proteção social, cuidado animal e ordem urbana. O decreto é mais um passo decisivo para transformar Maricá em uma cidade mais segura, consciente e humanizada.

## SAQUAREMA RECEBE R\$ 53 MILHÕES EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA COM PARCERIA ENTRE PREFEITURA E GOVERNO DO ESTADO

Em um dia marcado por anúncios que vão mudar a paisagem urbana de Saquarema, a Prefeitura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro oficializaram uma parceria histórica para a realização de R\$ 53 milhões em obras de infraestrutura no bairro Bonsucesso. A cerimônia, realizada no dia 21 de julho, na Câmara Municipal, contou com a presença do governador Cláudio Castro e da prefeita Lucimar Vidal.

A participação da secretária Manoela Peres, ex-prefeita da cidade, também marcou o encontro, evidenciando a continuidade de uma gestão comprometida com resultados e com o avanço de políticas públicas para a cidade. Participaram ainda a vice-prefeita Dra. Raquel, o secretário das Cidades Douglas Ruas, o deputado estadual Pedro Ricardo e o presidente do PL do Rio de Janeiro, Bruno Bonetti, além de vereadores.

O novo acordo reforça o compromisso do Estado com o desenvolvimento de Saquarema, ampliando investimentos e fortalecendo ações conjuntas em diversas áreas.

### Impacto direto na mobilidade e valorização urbana

O projeto, sob coordenação da Secretaria de Estado das Cidades, prevê a requalificação de

mais de 16 km de vias com intervenções em drenagem, pavimentação e sinalização. Além de resolver antigos problemas de alagamento, as obras vão garantir melhor fluidez no trânsito e mais segurança para os moradores.

### União de forças pelo desenvolvimento

Durante o evento, o governador Cláudio Castro enfatizou o empenho do Estado em apoiar municípios do interior com obras que geram impacto direto na vida das pessoas.

A prefeita Lucimar Vidal também celebrou a parceria, destacando que a demanda do bairro é antiga e que a iniciativa representa dignidade, valorização e bem-estar para milhares de famílias.

A licitação está em fase final, e a ordem de início das obras será anunciada em breve. Saquarema dá mais um passo firme rumo a um futuro com infraestrutura moderna e governança eficiente — com Manoela Peres como um dos principais nomes por trás desse avanço.

Da esq. para a dir.: a vice-prefeita, Raquel Oliveira; o secretário de Cidades, Douglas Ruas; o presidente da Câmara, Odinei Garcia; o governador Cláudio Castro; a prefeita Lucimar Vidal; a ex-prefeita Manoela Peres; e o deputado Pedro Ricardo. Crédito: divulgação



## CASCATA DOS AMORES RENASCIDA: PISCINA NATURAL É ENTREGUE REVITALIZADA À POPULAÇÃO DE TERESÓPOLIS



Piscina Natural da Cascata dos Amores, em Teresópolis, passa por revitalização. Crédito: Assessoria de Comunicação/Prefeitura de Teresópolis

Um dos cartões-postais mais queridos de Teresópolis acaba de ganhar nova vida. A Piscina Natural da Cascata dos Amores foi oficialmente reinaugurada no dia 4 de agosto, em cerimônia que reuniu autoridades municipais, estaduais e representantes da sociedade civil, incluindo vereadores, membros da OAB, da Polícia Ambiental e da Concessionária Águas da Imperatriz.

Sustentável, a obra é fruto de uma parceria entre a Prefeitura de Teresópolis, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), com apoio do Programa Estadual Limpa Rio Manual.

O projeto contemplou limpeza, desassoreamento e requalificação completa da área, incluindo a instalação de iluminação sustentável alimentada por energia solar e o plantio de cerca de 100 mudas nativas da Mata Atlântica. O resultado é um espaço mais seguro, acessível e ecologicamente integrado.

“Estamos entregando um cantinho que mora no coração e na memória de muita gente. Mais

beleza, mais segurança, tudo pensado para que esse espaço volte a ser vivido com alegria e tranquilidade”, destacou o prefeito Leonardo Vasconcellos, durante o evento.

A vice-prefeita, Afaf Ribeiro, também compartilhou sua emoção. “Tenho muitas memórias boas da minha infância aqui. Ver esse espaço revitalizado e entregue às famílias me deixa muito feliz”, disse Afaf.

O secretário municipal de Meio Ambiente, coronel Leonardo Maia, informou que mais de 30 caminhões de areia foram retirados durante o processo de desassoreamento. Ele reafirmou o compromisso com a acessibilidade e agradeceu o apoio do Governo do Estado.

Também presente ao evento, o secretário estadual de Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi, anunciou novas ações no município. “Já autorizei o planejamento de duas novas áreas para revitalização em 2026. E em breve, traremos o Programa Ambiente Jovem para Teresópolis”, declarou Rossi.

## ÁGUAS DE NITERÓI RECEBE PRÊMIO CASOS DE SUCESSO EM SANEAMENTO BÁSICO, DO INSTITUTO TRATA BRASIL



Prêmio Casos de Sucesso em Saneamento Básico, do Instituto Trata Brasil, é entregue a representantes da Águas de Niterói e da prefeitura local. Crédito: divulgação/Águas do Brasil

Águas de Niterói, concessionária do Grupo Águas do Brasil, e a Prefeitura de Niterói receberam, no dia 13 de agosto, o Prêmio Casos de Sucesso em Saneamento Básico, do Instituto Trata Brasil. O diretor da Águas de Niterói, Bernardo Gonçalves, e o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, participaram da solenidade, que aconteceu na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, e contou com a presença de representantes do setor de saneamento. Niterói ocupa, hoje, a 1ª posição do estado e a 3ª do país em relação a saneamento, segundo o Ranking 2025 do Trata Brasil.

Niterói também participou do painel 'Destaque do Ranking do Saneamento 2025', que abordou os investimentos realizados no município que possibilitaram a evolução no Ranking de Saneamento.

Ao lado de Campinas e Limeira, em São Paulo, o município fluminense ocupa o top 3 nacional de saneamento. A cidade subiu três posições em comparação ao ranking anterior, indicando que a infraestrutura dos serviços básicos é uma das prioridades de Niterói. Essa evolução ocorreu, em grande parte, devido a investimentos robustos em melhoria contínua, inovação e automação.

"Ter uma regulação forte é muito importante, mas também ter agilidade do setor privado numa concessão tem sido muito importante. Niterói tem uma composição geológica complexa porque a cidade se desenvolveu entre o mar e a montanha. Essa porcentagem de esgoto que ainda falta para atingir os 100% são exatamente os pontos mais altos de algumas dessas co-

munidades. A meta é chegar a 100% de esgoto coletado e tratado", disse o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves.

Em 2024, Niterói ficou em sexto lugar no ranking nacional e já aparecia como a melhor cidade do estado do Rio em saneamento básico. O município também vem mostrando evolução em relação a perdas na distribuição de água. O índice apresentou nova queda em relação ao estudo anterior, seguindo bem abaixo da média nacional: em 2024, era de 25%, e agora chegou a menos de 20%. Isso significa que a cidade evitou a perda de 361 litros de água por ligação, diariamente.

"De todos os indicadores, talvez o que a gente mais se orgulhe seja o de perdas de água. Seguimos com os mesmos 1.850 litros de água por segundo, abastecendo toda a cidade. Isso só é possível graças ao trabalho de combate a perdas que a Águas de Niterói faz. Reduzimos o índice de perdas na distribuição de mais de 70% para os 19% que temos hoje. No início, foi um trabalho árduo e hoje já é um trabalho com uso de tecnologia,

inteligência artificial, automação dos processos, buscando cada vez mais segurança operacional e assertividade nos processos", declarou Bernardo Gonçalves, diretor da Águas de Niterói.

Quando Águas de Niterói assumiu os serviços de saneamento básico no município, em 1999, a água só chegava a 72% da população. Em apenas três anos à frente dos serviços, a empresa passou a abastecer 100% da população, levando água para toda a Região Oceânica, que antes era abastecida por poços e carros-pipa. Em 1999, cerca de 360 mil habitantes eram abastecidos com um volume de 1,8 m³ de água por segundo, oriundos do Rio Macacu. Hoje, a concessionária atende com água tratada 516 mil pessoas com os mesmos 1,8 m³ de água por segundo, contribuindo para a qualidade de vida da população.

Niterói possui 100% de cobertura de água, 95,6% de cobertura no atendimento de esgoto e 100% de tratamento do esgoto coletado. Desde o início da concessão, a Águas de Niterói já investiu cerca de R\$ 1,6 bilhão em saneamento.

# Teresópolis, 134 anos.

*Cidade que respira qualidade de vida!*



Teresópolis, a cidade mais alta do RJ, **encanta com seu clima serrano e belezas naturais.** Cercada por três unidades de conservação, mais de 60% de seu território é coberto por Mata Atlântica e fontes de água mineral.

Com uma rede hoteleira diversificada e gastronomia de qualidade, a cidade é um destino consolidado. **Agora, também se destaca como polo de turismo rural, valorizando sua vocação agrícola e preservação ambiental.**

**Uma das cidades mais seguras do RJ, a menos de 100 km da capital,** alia a tranquilidade serrana à proximidade com grandes centros. Um lugar onde desenvolvimento e preservação andam juntos, **garantindo qualidade de vida em cada detalhe.**

PREFEITURA MUNICIPAL



TERESÓPOLIS

*acima de tudo!*

www.teresopolis.rj.gov.br  
@prefeiturateresopolis

*Venha descobrir a sua Teresópolis!*

## CLÁUDIO CASTRO E LUCIANO VIEIRA VÃO A MERITI PARA INAUGURAÇÃO DE MATERNIDADE MUNICIPAL

O deputado federal Luciano Vieira (REP) e o governador Cláudio Castro (PL) participaram, no dia 21 de agosto, da inauguração da Maternidade Municipal de São João de Meriti. O evento integrou a semana de comemoração pelos 78 anos de emancipação do município.

Na companhia do prefeito Léo Vieira (REP), o grupo celebrou a entrega da unidade como símbolo de transformação e cuidado com a vida, após oito anos de portas fechadas.

“Essa maternidade representa mais do que uma obra física. É a devolução da dignidade às mães meritienses, que agora terão atendimento de qualidade perto de casa”, afirmou o governador Cláudio Castro.

Para o deputado Luciano Vieira, a reinauguração da maternidade representa um marco para a saúde do município. “Foi um momento muito emocionante, pois sabemos do empenho do

prefeito Léo Vieira e da parceria com o Estado, que não tem medido esforços para contribuir com o desenvolvimento de Meriti. A maternidade está de portas abertas para nossa população”, declarou.

Também foi lançado um posto de identificação civil do Detran RJ, que vai emitir certidão de nascimento e carteira de identidade para os recém-nascidos e seus pais, ampliando o combate ao sub-registro.

“Estamos entregando uma maternidade moderna. Agora, vai nascer meritiense! E estou muito emocionado de poder dizer isso hoje. Agradecemos a todos que contribuíram, incluindo cada servidor, os deputados, o governo federal e o governo estadual. Esta maternidade é do povo de São João de Meriti! É nossa, meus vizinhos!”, destacou o prefeito Léo Vieira.



Prefeito Léo Vieira com o governador Cláudio Castro e o deputado federal Luciano Vieira na reinauguração da Maternidade Municipal. Crédito: divulgação/Prefeitura de São João de Meriti

## 6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES DISCUTE DEMANDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO



Secretário Douglas Ruas palestra na 6ª Conferência Estadual das Cidades. Crédito: divulgação/Secretaria de Estado das Cidades

A 6ª Conferência Estadual das Cidades foi realizada, na capital, entre os dias 11 e 13 de agosto e entregou resultados bastante expressivos. Com a participação de autoridades, como o governador Cláudio Castro, o secretário das Cidades, Douglas Ruas, deputados estaduais e prefeitos, o evento foi marcado por debates sobre as principais demandas do estado do Rio de Janeiro. O objetivo foi o de nortear o trabalho conjunto para o desenvolvimento dos municípios fluminenses.

A conferência contou ainda com representantes de 75 municípios e com uma média de público de 1.500 pessoas por dia. Ao todo, foram discuti-

das mais de 500 propostas oriundas das etapas municipais, das quais, 20 foram aprovadas. Os participantes também elegeram 104 delegados, que vão representar o estado do Rio de Janeiro na Conferência Nacional das Cidades, com previsão de ocorrer até o dia 31 de outubro.

“A Conferência Estadual foi um espaço importante de diálogo e escuta de diferentes atores da nossa sociedade para a construção de políticas públicas”, afirmou o secretário Douglas Ruas. E concluiu: “O objetivo é levar mais qualidade de vida aos moradores e tornar as nossas cidades mais resilientes e preparadas para os desafios do futuro”.



## O FIM DAS BLITZES 'CAÇA-NÍQUEL'!

**Governador sanciona lei que cria o Estatuto das Blitzes no estado do Rio e subsecretaria para fiscalizar e padronizar abordagens.**

Governador Cláudio Castro sanciona lei que cria o Estatuto das Blitzes. Crédito: Octacilio Barbosa/Alerj

O governador do RJ, Cláudio Castro (PL), sancionou no dia 22 de julho, o "Estatuto das Blitzes", uma lei que padroniza as abordagens de trânsito e traz mais transparência para os motoristas. O projeto, de autoria dos deputados Alan Lopes (PL), Filipe Poubel (PL) e Rodrigo Amorim (União Brasil), havia sido aprovado um mês antes pela Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), em regime de urgência, com total apoio do presidente da Casa, deputado Rodrigo Bacellar (União).

O objetivo, segundo os autores do projeto, é acabar com os exageros que vinham sendo cometidos pelos agentes responsáveis pelas blitzes no estado, estabelecendo normas claras para a realização de operações de fiscalização nas vias flu-

minenses, definindo os direitos e deveres dos motoristas e atribuições das autoridades de trânsito.

"As blitzes são importantes instrumentos de controle do Estado, e através do estatuto poderemos combater abusos contra o cidadão. Vamos acabar com essa máfia que existia efetivamente para extorquir o trabalhador", afirmou Alan Lopes. O deputado, que preside a Comissão de Combate à Desordem da Alerj, também anunciou a criação de uma cartilha para informar a população sobre seus direitos e deveres ao se deparar com uma blitz.

Para Rodrigo Amorim, líder do governo na Alerj, é necessário que haja uma ampla divulgação da nova legislação. "Nosso novo desafio é mostrar aos cidadãos os seus direitos e implementar a lei com os órgãos de segurança e o Detran-RJ. O

objetivo é restaurar a ordem no estado". Amorim também destacou que a lei é fruto de uma atuação conjunta na Alerj. "Houve um esforço, não apenas meu e dos deputados Filipe Poubel e Alan Lopes, mas também do presidente Rodrigo Bacellar, e de todo o Parlamento Fluminense em fazer do Estatuto das Blitzes uma legislação moderna e de vanguarda", considerou.

Por fim, Filipe Poubel destacou que é necessário ter bom senso nas fiscalizações, para que os trabalhadores não sejam prejudicados. "Quem tem que temer a polícia são os marginais, os traficantes, e a polícia, combatê-los. Não dá para usar honrosas instituições de segurança pública para esticar cone e fazer caça-níquel com os cidadãos", disse o deputado.

### O que muda na prática?

Apenas agentes de trânsito, guardas municipais e policiais militares do serviço ativo (quando firmado convênio para esta finalidade) poderão realizar blitzes.

A Polícia Militar não poderá mais realizar blitzes exclusivamente para inspeção veicular — essa função será exclusiva do Detran. No entanto, poderá realizar fiscalizações em casos de segurança pública, para efetuar buscas e revistas. Em resposta, a PM informou que, desde 2019, não faz mais blitzes para inspeção veicular.

Todos os agentes devem estar uniformizados, com braçadeira branca e câmeras corporais gravando som e imagem das abordagens.

Fica proibida a instalação de blitzes em vias e horários de maior fluxo, exceto em casos justificados por segurança pública. Caso a fiscalização ocorra, deverá ser justificada em até 48 horas, por motivos de segurança pública ou interesse coletivo.

Toda blitz deverá ser precedida de uma ordem de serviço individualizada para cada fiscalização, com data, hora e local definidos. O documento deverá conter o nome completo e a matrícula do agente responsável, além das razões que a fundamentam.

O cidadão poderá verificar informações da blitz por site, aplicativo, mensagens ou telefone.



Blitz da Lei Seca na Avenida Vieira Souto, em Ipanema, Zona Sul do Rio. Crédito: Fernando Frazão/Agência Brasil

Os agentes deverão ter máquinas de cartão e Pix para pagamento de taxas como IPVA e licenciamento no momento da abordagem. Dessa forma, será possível garantir a imediata liberação do veículo e vedar sua remoção.

O texto também estabelece que o pagamento de diárias e do reboque nos casos de veículos apreendidos e levados para depósito só poderá ser feito em bancos, sendo proibido qualquer pagamento diretamente nos depósitos. O limite de cobrança de multas e débitos de remoção e diária não pode exceder 10% do valor do veículo pela Tabela FIPE. O pagamento de diárias e reboque deve ser exclusivo para contas estaduais, e os repasses a pessoas físicas estão proibidos pela lei.

Nos casos de retenção ou remoção de veículos que se encontrem fora das condições seguras de trafegabilidade, ou em decorrência de penalidade aplicada, os ocupantes deverão receber transporte, às custas do órgão responsável pela blitz, até um local seguro com oferta de meios de deslocamento para seus destinos ou residência — especialmente no caso de crianças menores de 14 anos, pessoas com mais de 60 anos, gestantes, pessoas com dificuldade de locomoção, com deficiência ou comorbidades específicas, incluindo seus respectivos acompanhantes.

No caso dos veículos enviados para os pátios, a taxa de reboque terá valor único e deverá ser dividida, de forma proporcional, entre os proprietários dos veículos transportados no mesmo reboque.



Deputados Filipe Poubel, Rodrigo Bacellar, Alan Lopes e Rodrigo Amorim. Crédito: Thiago Lontra/Alerj

Os depósitos de veículos obrigatoriamente deverão funcionar 7 dias por semana, das 8h às 20h.

Para liberar o veículo apreendido, o motorista precisa apenas regularizar os pagamentos que motivaram a apreensão. Caso seja comprovado que a infração não existia, o motorista não será obrigado a pagar taxas de diárias ou reboque.

### **Governo do RJ cria subsecretaria para fiscalizar blitzes e padronizar abordagens**

O Governo do Rio criou uma subsecretaria para analisar as justificativas apresentadas por policiais para realizar blitzes no Rio. Para isso, o governador Cláudio Castro alterou, no dia 25 de julho, a estrutura da Secretaria de Estado de Transportes e transformou um cargo de superintendente em subsecretário adjunto, nomeando o advogado Maurizio Spinelli.

Experiente, Spinelli não é nome novo nesse processo – ele foi o técnico responsável por sistematizar e redigir o próprio Estatuto quando atuava como assessor da Comissão de Combate à Desordem na Alerj. Agora, assume mais uma

função estratégica para garantir que o texto saia do papel, com poder direto sobre a fiscalização do transporte intermunicipal.

Caberá ao subsecretário monitorar os contratos e convênios dos órgãos estaduais, como o Detran e a Polícia Militar, para a viabilização das operações de fiscalização, inclusive com as prefeituras.

### **“A lei será aplicada com firmeza e respeito ao cidadão”, afirma Maurizio Spinelli sobre o Estatuto das Blitzes**

À frente da missão de implementar integralmente a lei, Maurizio Spinelli recebeu amplos poderes conferidos diretamente pelo governador Cláudio Castro. Além de sua nomeação como subsecretário de Transportes, Spinelli também passou a responder pela Superintendência de Uniformização de Ações de Fiscalização no DETRO – Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro, concentrando os instrumentos institucionais e operacionais necessários à execução da nova política pública.

“Não estamos aqui para punir ninguém, mas quem insistir em manter práticas antigas, con-

trárias ao novo ordenamento, será identificado e responsabilizado conforme a lei. O governador foi firme: a lei será cumprida e temos autonomia para isso”, afirma Spinelli.

A nova legislação delimita de forma clara as atribuições das operações de fiscalização. A Polícia Militar não poderá mais realizar blitzes de natureza exclusivamente administrativa, como verificação de IPVA, licenciamento ou conservação do veículo. Essas funções passam a ser atribuição do DETRAN e dos agentes de trânsito legalmente habilitados.

Spinelli, no entanto, ressalta que as operações de segurança pública continuam com sua importância inquestionável. “Essas operações são essenciais para a repressão e prevenção à criminalidade. O Estatuto não enfraquece a segurança. Pelo contrário, fortalece a atuação legítima e moralizada da PMERJ.”

O subsecretário destaca que a atual gestão da corporação já tem promovido avanços relevantes no sentido de qualificar e legalizar as fiscalizações. “Houve grande progresso, mas ainda há arestas a serem aparadas. E serão. Com firmeza, responsabilidade institucional e respeito à missão da Polícia Militar.”

A subsecretaria já trabalha na edição de uma portaria regulamentar que irá detalhar, orientar e padronizar a aplicação da nova legislação em todo o estado. O conteúdo será fruto das discussões institucionais em curso e da escuta ativa aos agentes que atuam diretamente nas ruas.

“A portaria será um marco operacional. Nenhuma dúvida, omissão ou incerteza poderá justificar o descumprimento da lei. Vamos oferecer instrumentos claros para que todos – agentes e cidadãos – saibam exatamente o que esperar de uma fiscalização legal e transparente”, explica o subsecretário.

Mais do que planejar e normatizar, caberá à Subsecretaria de Transporte o papel de fiscalizar diretamente o cumprimento da nova legislação. Equipes técnicas farão acompanhamentos in loco das operações para verificar a observância fiel aos dispositivos da Lei nº 10.900/2025.



O advogado Maurizio Spinelli assume a subsecretaria para fiscalizar blitzes. Crédito: reprodução das redes sociais

“Estaremos nas ruas. Vamos supervisionar o uso correto das ordens de serviço, da estrutura, do atendimento ao cidadão e das obrigações funcionais. Fiscalização agora será sinônimo de legalidade e responsabilidade”, reforça.

A transformação proposta pelo Estatuto das Blitzes é um projeto de Estado, e não de uma única pasta. As Secretarias de Governo, de Segurança, da Polícia Militar, da Polícia Civil, o DETRAN e o DETRO atuam como parceiros diretos na implementação da nova política pública.

“A mudança virá da soma dos nossos esforços. Temos encontrado apoio, diálogo e interesse genuíno de todas essas instituições. O objetivo é comum: resgatar a legitimidade das ações de fiscalização e fortalecer o pacto de confiança entre o Estado e a população fluminense”, destaca Spinelli.

Mesmo com pouco tempo desde a sanção da lei, a execução já apresenta resultados práticos como um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, em fase final de elaboração com o consórcio responsável pelos pátios, reboques e leilões. Também houve a definição de regras de transição e preparação do lançamento oficial da estrutura completa.

O lançamento oficial está previsto para acontecer até outubro, incluindo uniforme padronizado, viaturas adesivadas, câmeras corporais com som e imagem, máquinas de pagamento (PIX e cartão), canal de denúncias, sistema digital de ordens de serviço e campanha educativa.

"Estamos diante de uma reestruturação histórica. O esforço é gigantesco e não há margem

para recuos. O governo está comprometido, e a entrega será integral", garante Spinelli.

### Confira, a seguir, uma rápida entrevista com o subsecretário Maurizio Spinelli.

#### 1. O que motivou a criação do Estatuto das Blitzes?

A sociedade já não aceitava mais operações arbitrárias. A lei surgiu da necessidade de garantir transparência, legalidade e respeito ao cidadão. Não se trata de combater blitzes, mas de regular como elas devem acontecer.

#### 2. Haverá punições a agentes que desrespeitarem a nova lei?

Nosso objetivo não é punir, mas orientar e transformar. Entretanto, se houver resistência ou reincidência em práticas que contrariam frontalmente a nova política pública do governo, os responsáveis serão devidamente responsabilizados.

#### 3. O senhor está preparado para os desafios dessa implementação?

Com absoluta convicção. Recebe-

mos carta branca do governador, autonomia administrativa e respaldo legal. A sociedade quer mudança e estamos entregando. Blitz agora será sinônimo de legalidade, segurança e respeito.

#### 4. Há quem diga que essa mudança favoreça o cometimento de crimes de trânsito, pois a PMERJ não poderá, em tese, intervir. Como responder a isso?

Quem diz isso provavelmente não leu a lei 10.900/2025. Os crimes previstos no CTB continuarão normalmente a ser combatidos pela Polícia Militar, e nem poderia ser diferente. O que a legislação diz é que a PMERJ não deve mais realizar fiscalizações com o único propósito de verificar adequações meramente administrativas, como IPVA, condições de trafegabilidade etc.

## ESTATUTO DAS BLITZES

### LEIA AQUI

o texto da Lei 10.900/25 na íntegra



## POLÍTICA

### PREFEITO LÉO VIEIRA LANÇA PROGRAMA DE ANISTIA FISCAL E DÁ EXEMPLO DE GESTÃO RESPONSÁVEL



A medida oferece descontos de até 100% em juros e multas para quem deseja regularizar débitos com o município. Crédito: divulgação/PMM

Em uma iniciativa que promete aliviar o bolso dos contribuintes e fortalecer a arrecadação municipal, o prefeito de São João de Meriti, Léo Vieira, sancionou a Lei Ordinária nº 2.621/2025, que institui o novo programa de Anistia Fiscal. A medida, em vigor desde o dia 22 de julho, oferece descontos de até 100% em juros e multas para quem deseja regularizar débitos com o município.

O programa contempla impostos como IPTU, ISS-QN e outras taxas previstas no Código Tributário Municipal, vencidos até 31 de dezembro de 2024.

O pagamento à vista oferece 100% de desconto sobre juros e multas, sem limite de parcelas e sem exigência de valor mínimo por parcela. Para quem optar por parcelar em até 12 vezes, o desconto é de 90% sobre juros e multas. Nesse caso, o número máximo de parcelas é 12, e o valor mínimo de cada parcela é de R\$ 70 para pessoa física (PF) e R\$ 200 para pessoa jurídica (PJ).

Já o parcelamento em até 24 vezes garante um desconto de 80% sobre juros e multas, com

o mesmo valor mínimo por parcela: R\$ 70 para PF e R\$ 200 para PJ. Por fim, o parcelamento em até 36 vezes oferece um desconto de 70% sobre juros e multas, mantendo os valores mínimos de R\$ 70 para PF e R\$ 200 para PJ.

A adesão pode ser feita até 28 de novembro de 2025, presencialmente, no Centro Cultural Meritense (Rua Panamense, s/n – Jardim Meriti) ou na Secretaria Municipal de Fazenda, no segundo andar da Prefeitura. É necessário apresentar documento de identidade, CPF e comprovante de residência. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail: anistiafiscal2025@meriti.rj.gov.br.

#### População aprova a medida

O morador Gilmar Mattos, de 66 anos, foi um dos primeiros a aproveitar a oportunidade. "Fiquei muito satisfeito com a agilidade no atendimento. Resolvi tudo de forma rápida e agora posso contribuir para o desenvolvimento da cidade", afirmou.

## CONHEÇA OS PRINCIPAIS PONTOS DO PACOTE CONTRA O CRIME PROPOSTO POR RODRIGO BACELLAR NA ALERJ

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Rodrigo Bacellar, apresentou o Pacote de Enfrentamento ao Crime (PEC-RJ), um conjunto de medidas que visa reforçar a segurança pública, reduzir a reincidência criminal e fortalecer o controle do Estado sobre delitos violentos.

A proposta surge em meio ao aumento expressivo dos índices de criminalidade no estado. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ) apontam que, apenas em fevereiro de 2025, houve alta de 99% nos roubos de carga em relação ao mesmo mês do ano anterior, além de crescimento nos roubos de veículos (+20%) e a pedestres (+6%).

### Medidas principais do PEC-RJ

#### 1. Fim da visita íntima para crimes graves

O projeto proíbe visitas íntimas para condenados por crimes hediondos ou delitos dolosos cometidos com violência ou grave ameaça, buscando aumentar a disciplina e a segurança no sistema prisional.

#### 2. Cerco eletrônico inteligente

Será implantado um sistema de monitoramento com inteligência artificial, reconhecimento facial e georreferenciamento para vigiar egressos reincidentes em crimes violentos ou ligados a organizações criminosas. A integração envolverá câmeras públicas e privadas, com banco de dados restrito a órgãos de segurança.

#### 3. Ressarcimento de custos prisionais

Apenados com capacidade econômica — seja por trabalho, bens ou padrão de vida elevado — deverão contribuir parcialmente para as despesas de alimentação, vestuário e higiene. Os valores serão destinados ao Fundo Estadual de Administração Penitenciária.



Presidente da Alerj, deputado Rodrigo Bacellar apresenta Pacote de Enfrentamento ao Crime. Crédito: Erick Quintanilha

#### 4. Internação mínima para adolescentes infratores

Para atos infracionais cometidos com violência ou grave ameaça, será estabelecida internação mínima de dois anos, seguindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Bacellar afirma que o PEC-RJ é uma resposta legislativa “contundente e estruturada” à escalada da violência no estado, combinando ações restritivas, uso de tecnologia e reforço da disciplina prisional. Segundo ele, as medidas buscam “resgatar a confiança da população na autoridade legítima do Estado e na eficácia do sistema de justiça penal”.

## ELEMENTOS DE TERRAS RARAS ENTRAM NA PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL



Deputado General Pazuello é autor do projeto que obriga o país a investir em tecnologia para beneficiamento, separação e industrialização de elementos de terras raras. Crédito: divulgação

No retorno do recesso parlamentar, a Câmara dos Deputados acolheu o PL 3829/2025, que trata da obrigatoriedade de beneficiamento e industrialização de minerais estratégicos em território nacional, com foco nos elementos de terras raras. De autoria do deputado General Pazuello (PL-RJ), a matéria é considerada de extrema relevância, devido aos aspectos econômico, geopolítico e de soberania nacional.

Terras raras é a denominação que se dá ao conjunto de elementos químicos, compostos por 17 minerais fundamentais para a transição energética e essenciais para segmentos estratégicos, como tecnologia da informação, defesa, energias renováveis e indústria automotiva. Servem também como matéria-prima para a produção de turbinas eólicas, painéis solares, baterias e motores de veículos elétricos e híbridos, mísseis etc.

No mundo, apenas oito países detêm 97% das jazidas: a China ocupa a primeira posição, com 44 milhões de toneladas, seguida pelo Brasil, com 21 milhões de toneladas — respectivamente, 49% e 23% do total de jazidas. Entretanto, a lavra desse material é incipiente em nosso país, além do fato de o Brasil não possuir a tecnologia necessária para processar esse material.

Atualmente, toda essa riqueza é exportada em estado bruto, sem agregação de valor. Neste sentido, o PL 3829/2025 propõe a obrigatoriedade do beneficiamento, da separação e da industrialização desses minerais em território nacional.

“O projeto corrige uma distorção histórica na exploração dos minerais estratégicos brasileiros. Os elementos de terras raras são exportados em estado bruto ou pouco processados, sem agregar qualquer valor ao produto nacional”, afirma o autor da proposta.

Pazuello destaca que mais de 70% da capacidade mundial de separação e metalurgia desses elementos é dominada pela China, o que tem deixado o ocidente dependente e vulnerável.

“Ao invés de aumentar tributos, o Brasil deve fomentar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor, além de induzir a industrialização interna como caminho para geração de empregos, renda e soberania”, reforça o deputado.

Pazuello cita como um “exemplo bem-sucedido” as medidas tomadas pelo governo da Indonésia, que condicionou a exportação de níquel à instalação de unidades de metalurgia no país, agregando valor e garantindo receitas.

“O Brasil já teve protagonismo na área, mas hoje não há produção nacional relevante, o que representa perda de oportunidades econômicas. É hora de recuperarmos nossa capacidade e transformarmos o potencial mineral do Brasil em liderança tecnológica e industrial”, concluiu.

## VEJA OS POLÍTICOS DO RIO QUE ESTÃO ENTRE OS 100 MAIS INFLUENTES DO BRASIL NO INSTAGRAM



Ranking dos 100 políticos mais influentes do Brasil no Instagram tem Thiago Gagliasso, Flávio Bolsonaro e Rafael Satiê entre os mais bem colocados no estado do Rio. Crédito: reprodução

O Rio de Janeiro emplacou uma bancada expressiva no ranking dos 100 políticos mais influentes do Brasil no Instagram, segundo levantamento do MonitoraBR em parceria com a Zeeng Social Media Benchmarking. A lista, divulgada em julho, analisou 442 mil publicações de 2.600 políticos entre janeiro e junho de 2025, totalizando 1,8 bilhão de interações.

Com 15% do total de nomes do ranking, o Rio de Janeiro só fica atrás de São Paulo em representatividade digital — um reflexo do peso político e simbólico do estado nas redes sociais e na polarização nacional.

Na elite do ranking aparece Jair Bolsonaro (2º), ainda como o nome de maior mobilização digital da direita brasileira. Ao seu lado, dois representantes fluminenses da família Bolsonaro também figuram entre os mais influentes: Flávio Bolsonaro (16º), senador que busca sua reeleição em 2026; e Carlos Bolsonaro (24º), já veterano nas redes sociais e vereador da capital desde 2001.

A Câmara do Rio também garantiu visibilidade: Carlos Bolsonaro é acompanhado por Paulo Messina (36º), ex-chefe da Casa Civil de Marcelo Crivella e hoje vereador, e Rafael Satiê (59º), em seu primeiro mandato, com forte atuação entre o eleitorado evangélico, conservador e popular. Rick Azevedo (PSOL), outro vereador em ascensão, também integra a lista, reforçando o peso político da capital fluminense no debate digital.

No Legislativo estadual, Thiago Gagliasso (26º), ator e influenciador bolsonarista, segue entre os líderes de engajamento do PL na Alerj. Entre os deputados estaduais de todo o país, Gagliasso se destaca como primeiro colocado. Ao lado dele estão Índia Armelau (42º), empresária e ativista de direita; Giselle Monteiro, irmã do ex-vereador Gabriel Monteiro e Filipe Poubel (96º), conhecido por sua atuação combativa em temas ligados à segurança pública e oposição à esquerda.

Entre os senadores, além de Flávio, Romário (PL) também

aparece no ranking como defensor ferrenho de pautas conservadoras. Na Câmara dos Deputados, Carlos Jordy (40º), ex-vereador de Niterói, mantém presença notável nas redes.

Do outro lado do espectro, nomes como Marcelo Freixo (PSB) e Lindbergh Farias (PT) seguem relevantes digitalmente, ainda que em posições mais baixas do ranking. Ambos mantêm discurso alinhado à esquerda progressista, com pautas ligadas aos direitos humanos, educação e crítica ao bolsonarismo.

O levantamento confirma a supremacia da direita no ambiente digital: 56% dos perfis mais influentes são alinhados a esse campo político, seguidos por 26% do centro e 18% da esquerda. O PL domina o ranking com 42 nomes dos 100 nomes.

A ascensão de vereadores e deputados estaduais fluminenses na lista mostra, ainda, que o Instagram se consolidou como uma vitrine política não apenas para figuras nacionais, mas também para líderes locais em ascensão.

### Confira a lista completa:

1. Nikolas Ferreira
- 2. Jair Bolsonaro**
3. Rodrigo Manga
4. Erika Hilton
5. André Fernandes
6. Lucas Pavanato
7. Eduardo Bolsonaro
8. Lula
9. Cleitinho Azevedo
10. Fábio Teruel
11. Tarcísio de Freitas
12. Sargento Salazar
13. Gustavo Gayer
14. Marcel van Hattem
15. Sargento Fahur
- 16. Flávio Bolsonaro**
17. Mário Frias
18. Carla Zambelli
19. Deltan Dallagnol
20. Zoe Martinez
21. Magno Malta
22. Romeu Zema
23. Fernando Haddad
- 24. Carlos Bolsonaro**
25. Amanda Vettorazzo
- 26. Thiago Gagliasso Ferreira**
27. Bia Kicis
28. Guilherme Boulos
29. Pablo Marçal
30. Delegado Palumbo
31. Abílio Brunini
32. Renato Freitas
33. Leonam Pinheiro Rodrigues

34. André Janones
35. João Campos
- 36. Paulo Messina**
37. Thabatta Pimenta
38. Célio Studart
39. Ciro Gomes
- 40. Carlos Jordy**
41. Caroline de Toni
- 42. Índia Armelau**
- 43. Giselle Monteiro**
44. Guilherme Derrite
45. Damares Alves
46. Sergio Moro
47. Kim Kataguiri
48. Delegado Matheus Laiola
49. Sâmia Bomfim
50. Tabata Amaral
51. Ana Campagnolo
52. Paulo Bilynskyj
53. Túlio Gadêlha
54. Cristina Graeml
55. Julia Zanatta
56. Leo Siqueira
57. Fernando Holiday
- 58. Romário Faria**
- 59. Rafael Satiê**
60. Manuela d'Ávila
61. Gilson Machado
62. Jorginho Mello
63. Ricardo Salles
64. Ronaldo Caiado
65. Arthur do Val
66. Carmelo Neto
67. ACM Neto

68. Claudio Branchieri
69. Marina Helena
70. Tenente Coronel Zucco
71. Eduardo Braide
72. Eduardo Leite
- 73. Rick Azevedo**
74. JHC
75. Sonaira Fernandes
76. Rodrigo Valadares
77. Topazio Neto
78. Helio Lopes
79. Gustavo Victorino
80. Simone Tebet
- 81. Eduardo Paes**
82. Bruno Engler
83. Marciano Perondi
84. Alexandre Padilha
85. Silvio Luiz de Almeida
86. Luiz Philippe de Orleans e Bragança
87. Silvia Waiãpi
- 88. Marcelo Freixo**
89. Lucas Sanches
90. Raquel Lyra
91. Fernanda Melchionna
92. Léo Moraes
93. Duda Salabert
94. Dra. Mayra Pinheiro
95. Marina Candia
- 96. Filipe Poubel**
97. Fábio Faria
98. Luiz Felipe d'Ávila
- 99. Lindbergh Farias**
100. Cristiano Caporezzo

## ESTADO LIBERA R\$ 5 MILHÕES PARA INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO BATALHÃO DE NOVA IGUAÇU

O governador Cláudio Castro (PL) anunciou ao lado do deputado estadual Carlinhos BNH (PP) que já foram liberados os primeiros R\$ 5 milhões para a construção do batalhão da Polícia Militar de Nova Iguaçu. A publicação saiu em Diário Oficial e, segundo o governador, o custo total será de R\$ 15 milhões.

Cláudio Castro informou ainda que o processo licitatório está em fase final para que a construção seja iniciada ainda em 2025. “A obra começa nesse semestre, queremos entregar o batalhão antes do término do ano que vem”, anunciou o governador, nesta segunda-feira (19/08).

O governador também elogiou o empenho do deputado Carlinhos BNH para a cidade ganhar o seu primeiro batalhão: “Tem que ficar em cima mesmo e Carlinhos cobra, vai todo dia no comandante da PM, na EMOP, no Planejamento”.

Morador de Nova Iguaçu, o deputado Carlinhos BNH é autor da Indicação Legislativa 360/2023 ao governo estadual solicitando a construção do batalhão da PM e, na época em que presidiu a Comissão de Segurança da Câmara Municipal, também levou ao governador essa demanda.

Embora seja considerada a capital da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu é a única cidade da região que não tem o seu próprio batalhão. O que já teve se foi com a emancipação de Mesquita, em 1999.

“Essa obra é uma demanda centenária que vai fazer muita diferença na vida da população de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense.

Fico muito feliz em estar no mandato para proporcionar essa conquista, e agradeço ao governador por cumprir uma promessa feita ainda na campanha”, destacou Carlinhos BNH, que posou com Cláudio Castro exibindo a planta do projeto do batalhão.

Governador Cláudio Castro com o deputado Carlinhos BNH. Crédito: divulgação/Alerj



## RIO DE JANEIRO GANHA PROTAGONISMO ECONÔMICO NA ÍNDIA



A secretária de Desenvolvimento Econômico, Fernanda Curdi, e o secretário de Comunicação, Igor Marques, representam o governador Cláudio Castro em encontros decisivos na Índia. Crédito: divulgação/Governo do Estado do Rio

Em uma ofensiva diplomática e comercial de alto impacto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro reforçou sua presença internacional ao apresentar os avanços econômicos fluminenses em reuniões estratégicas, no dia 8 de agosto, com autoridades e empresários indianos. A missão, liderada pela secretária de Desenvolvimento Econômico, Fernanda Curdi, e pelo secretário de Comunicação, Igor Marques, representou o governador Cláudio Castro em encontros decisivos em Nova Déli, capital indiana.

Os dois foram recebidos por Vimal Amand, chefe do Departamento de Comércio, e dialogaram com representantes de dez empresas dos setores de saúde, construção, agricultura e mineração. Em outra frente, a comitiva fluminense se reuniu com a Federação das Câmaras Indianas de Comércio e Indústria (FICCI), entidade que congrega milhares de empresas indianas, de conglomerados industriais a startups.

### Rio em ascensão: números que impressionam

Durante os encontros, Fernanda Curdi destacou o desempenho histórico do Rio de Janeiro na geração de empregos e abertura de empresas.

“O estado bateu recordes com mais de 30 mil novos negócios e ultrapassou 60 mil empregos formais. Estamos prontos para ampliar nossa relação comercial com a Índia”, afirmou Fernanda.

Igor Marques, por sua vez, reforçou o papel da comunicação estratégica na projeção internacional do estado. “Mostrar ao mundo o novo momento do Rio é parte essencial da nossa missão. A Índia é uma parceira-chave nesse processo”, pontuou o secretário.

### Brasil e Índia: laços comerciais em expansão

A Índia já figura como o 8º destino das exportações fluminenses, com destaque para o petróleo bruto, que representou mais de 90% das vendas do estado ao país asiático nos últimos cinco anos. Em contrapartida, o Rio importa produtos farmacêuticos, automobilísticos e têxteis de alto valor agregado.

Fernanda Curdi sinalizou novas oportunidades. “Há espaço para ampliarmos as exportações de resinas plásticas, ferroligas e celulose branqueada, insumos essenciais para a indústria indiana”, disse.

A missão também evidenciou os resultados da gestão estadual: mais de R\$ 118 bilhões em investimentos públicos e privados desde 2021, além de um crescimento industrial de 2% entre abril e maio de 2025. O número de novas empresas abertas no estado entre janeiro e julho já ultrapassa 50 mil – um marco que reforça o ambiente favorável ao empreendedorismo.

**ENTREVISTA****“É PRECISO CONSTRUIR PONTES ENTRE O PODER PÚBLICO E A POPULAÇÃO”**

Deputado Sergio Fernandes. Crédito: Alex Ramos/Alerj

Nascido em Petrópolis, na Região Serrana do Rio, Sergio Fernandes é advogado, político e empreendedor, com mais de 20 anos de experiência na vida pública. Já atuou como Procurador da Câmara Municipal de Petrópolis, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social e Secretário de Inclusão e Diversidade Religiosa do município do Rio de Janeiro. Atualmente, é deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Em entrevista exclusiva à revista Coisas da Política, Sergio Fernandes fala sobre sua trajetória, desafios e projetos futuros. Confira!

**01. Como o senhor classificaria a sua passagem pela Secretaria Municipal de Diversidade Religiosa?**

Foi uma missão honrosa e transformadora. Tenho gratidão ao prefeito Eduardo Paes por ter confiado a mim essa responsabilidade. À frente da Secretaria de Diversidade Religiosa, uma das primeiras do tipo no Brasil, pude liderar uma política pública inovadora, que tratou com seriedade e compromisso o direito à liberdade de crença e culto.

Durante a minha gestão, aprovamos a lei que criou o Conselho Municipal de Promoção da Li-

berdade Religiosa e também realizamos sua instalação, estabelecendo um espaço permanente de diálogo com todas as tradições de fé. Por meio de um trabalho firme, técnico e baseado no diálogo, conseguimos levar informação e conhecimento à população carioca de que discriminação religiosa é crime — e que o Estado precisa estar presente para proteger e garantir direitos.

Classifico essa passagem como um marco importante de avanço institucional, onde mostramos que é possível construir políticas públicas com base no respeito, na escuta e na coragem de enfrentar preconceitos históricos.

**02. O que foi possível trazer dessa experiência para o parlamento?**

A escuta ativa e o compromisso com as demandas reais das pessoas. Como secretário, aprendi que não basta conhecer a legislação; é preciso construir pontes entre o poder público e a população. No parlamento, essa postura se traduz em projetos com base técnica e no diálogo com quem vive os problemas na ponta. Além disso, trouxe para a Alerj a firme defesa da laicidade do Estado e da proteção às liberdades individuais, inclusive com projetos voltados à promoção da paz e do respeito nas escolas e comunidades.

E é com essa mesma disposição que atuo em outra pauta urgente: a segurança pública. O Rio de Janeiro, em especial o subúrbio, vem sofrendo com a expansão do poder paralelo. Como deputado, não me omito. Atuarei de forma firme para que o Estado, junto à Polícia Militar, recupere esses territórios e devolva aos moradores o direito de ir e vir. Segurança é prioridade, e deve caminhar ao lado de políticas sérias de polícia de proximidade.

**03. O atual prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes, foi eleito com o apoio do senhor e de seu partido. Como tem sido o trabalho conjunto para levar melhorias para a Região Serrana?**

Nossa parceria é baseada em diálogo, seriedade e compromisso com a população. Hingo é um gestor técnico e sensível às necessidades da cidade. Temos atuado juntos para destra-

var recursos, garantir investimentos em saúde e educação e defender Petrópolis no orçamento estadual. A Região Serrana passou por grandes desafios, especialmente com as tragédias climáticas, e é papel de quem tem mandato trabalhar com responsabilidade para garantir reconstrução e desenvolvimento. Tenho orgulho de ser um dos principais articuladores das pautas de Petrópolis na Alerj.

**04. O senhor é afilhado político da vereadora Rosa Fernandes. Como se sente tendo o apoio da decana da Câmara?**

Mais do que um apadrinhamento político, tenho um compromisso de vida com o sobrenome que carrego. Fazer parte da família Fernandes é carregar um legado de trabalho, seriedade e dedicação ao serviço público. Desde o senhor Pedro Fernandes, que honrou dez mandatos como deputado estadual, passando pela vereadora Rosa Fernandes — referência de competência e lealdade na Câmara Municipal —, até o meu irmão e amigo, Pedro Fernandes, que também honrou por três vezes o mandato de deputado estadual, essa história é feita de compromisso com o povo e de coerência nas posições.

Rosa representa uma escola de política que não foge da luta, que conhece a cidade profundamente e que sempre colocou as pessoas em primeiro lugar. A relação que temos não é apenas de apoio político — é de família, de afeto e de responsabilidade com uma trajetória que me inspira todos os dias a fazer um mandato à altura desse legado.

**05. Para as eleições de 2026, o senhor pretende ser candidato à reeleição?**

O nosso trabalho está apenas começando. Tenho muito a entregar à população fluminense, especialmente nas pautas da educação, dos servidores e do desenvolvimento regional. Estamos construindo um mandato presente, combativo e técnico. Se for da vontade do povo e do meu grupo político, estarei sim à disposição para a reeleição. Mas com o mesmo compromisso que me trouxe até aqui: trabalhar com seriedade, responsabilidade e coragem.

## ARTIGO

PELO FIM DA  
IMPUNIDADE

Por Alexandre Knoploch\*



Crédito: Rafael Wallace/Alerj

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu, no final de junho, quando as plataformas digitais poderão ser acionadas por conta de conteúdos ilícitos de terceiros. A regulamentação das redes sociais é um debate que há tempos vem mobilizando não somente os ministros do Supremo, mas os Três Poderes da República, com ações do Palácio do Planalto e articulações do Congresso Nacional. Isso sem contar a mídia, que repercute o debate, estimulando uma mobilização nacional de grandes proporções. Longe de mim dizer que o tema não é importante. Mas em um país onde a violência mata uma média de 125 pessoas por dia e a corrupção corrói as instituições, eu sonho com o dia em que conseguiremos alcançar tamanha mobilização pelo fim da impunidade.

Há mais de 50 anos, policiais e membros do judiciário trabalham com as leis ultrapassadas do nosso Código Penal que, embora tenha sofrido diversas mudanças, foi aprovado em 1940. Sempre que um crime bárbaro assola o país ou um criminoso condenado é solto, o debate sobre a necessidade de um novo Código vem à tona, mas nunca houve uma mobilização com força suficiente para reunir todos os poderes e acabar de vez com as brechas que ainda protegem bandidos e corruptos. Mesmo que a resolução efetiva para o fim da violência dependa também de políticas públicas, não podemos mais adiar essa discussão.

Nas prisões, a maioria dos nossos detentos foi condenada por tráfico de drogas, crime previsto em uma legislação específica, fora do Código Penal, assim como o Estatuto do Desarmamento, que trata do porte ilegal de armas e do tráfico de armas, e da lei de organizações criminosas. É

preciso rediscutir todas essas leis, endurecer as penas, entender os novos meios de atuação dos criminosos, criar regras para assuntos que nos afligem e garantir a segurança das famílias, que estão à mercê dos bandidos.

O crime nunca esteve tão organizado, atuando de norte a sul do país, com esquemas infiltrados em diversos níveis e cooptando jovens das periferias atraídos pela impunidade. Temos normas penais que permitem demasiadamente o juízo de valor, além de novos delitos que sequer estão previstos no Código Penal. São crimes de tortura, de abuso de autoridade, crimes de ordem tributária, crimes ambientais, entre outros. Se esse cenário não for suficiente para estimular uma mobilização nacional pelo endurecimento das leis, sinceramente, eu não sei aonde vamos parar!

A falta de regras mais rígidas para punir quem comete crimes de corrupção também precisa ser discutida. A corrupção prejudica o desenvolvimento econômico, afasta investimentos e gera instabilidade e desconfiança das instituições públicas, dificultando o acesso aos serviços públicos e acentuando a desigualdade social. São impactos que afetam a vida de milhares de brasileiros. Por isso, precisamos "colocar o dedo na ferida". Não dá mais para adiar esse tema.

Essa não é uma pauta unicamente política, muito pelo contrário! É um chamado maior para todos os poderes, as instituições públicas, a sociedade civil e os cidadãos brasileiros que amam o Brasil e desejam criar seus filhos e netos com mais justiça e igualdade. Podemos mudar a história desse país se nos unirmos pelo fim da impunidade.

\***Alexandre Knoploch** é deputado estadual pelo Rio de Janeiro.



**COISAS  
DA POLÍTICA**



## ANUNCIE CONOSCO

Faça parte do dia a dia dos nossos leitores e conquiste mais clientes para a sua empresa. Quer divulgar seus produtos e serviços? Entre em contato com nosso representante comercial pelo email [contato@coisasdapolitica.com](mailto:contato@coisasdapolitica.com)



# Saquarema

📍 Rio de Janeiro



AGÊNCIA UM

## Viva

com seus  
próprios  
olhos →



**Saquarema** é um mundo,  
e você pode se apaixonar  
por cada parte dele.

Das ondas em Itaúna às  
trilhas da Serra do Mato  
Grosso, **aventure-se  
do seu jeito.**

**APAIXONE-SE**  
SAQUAREMA





# RÁDIO

# COSTA VERDE FM 91,7

A CARA DO RIO !!



SITE [WWW.RADIOCOSTAVERDEFM.COM.BR](http://WWW.RADIOCOSTAVERDEFM.COM.BR)